



PODER JUDICIÁRIO  
DO ESTADO DO ACRE  
Tribunal de Justiça

# Relatório de Gestão – 2023 Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa

DEZEMBRO/2023



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**

Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA  
Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES

**Desembargadora Waldirene Cordeiro**

**Supervisora do NUJURES**

**Dra. Andrea da Silva Brito**

**Coordenadora do Nujures**

**Equipe Técnica**

**Fredson de Lima Pinheiro - Analista judiciário/Pedagogo**

**Mirlene Taumaturgo dos Santos - Analista judiciário/Assistente Social**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

**Sumário**

1. APRESENTAÇÃO	<b>3</b>
2. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2022	3
JANEIRO	3
FEVEREIRO	6
MARÇO	9
ABRIL	13
MAIO	22
JUNHO	25
JULHO	31
AGOSTO	34
SETEMBRO	40
OUTUBRO	53
NOVEMBRO	56
DEZEMBRO	57
3. CONCLUSÃO	60



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

## **1. APRESENTAÇÃO**



Este relatório detalha de forma pormenorizada as ações realizadas pelo Núcleo de Justiça Restaurativa – NUJURES e pelo Centro de Justiça Restaurativa da Comarca de Rio Branco – CEJURES/RB no ano de 2023 com o escopo de implantar, expandir e estreitar as ações de Justiça Restaurativa em todo o estado do Acre, bem como a expansão das ações aos órgãos públicos que integram a rede.

## **2. PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS NO ANO DE 2023**

### **JANEIRO**

#### **VEREADORA DE FEIJÓ VISITA CEJURES PARA CONHECER O TRABALHO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA ATRAVÉS DOS GRUPOS REFLEXIVOS COM AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

No dia onze, a vereadora do município de Feijó, Sra. Vanda Aguiar, fez uma visita ao CEJURES, para conhecer um pouco mais sobre os grupos reflexivos para autores de violência doméstica e familiar e quais condições precisam ser providenciadas para a sua implantação, o mais breve, no seu município, uma vez que já fora aprovada Lei que trata das ações de enfrentamento à essa problemática. A equipe repassou todas as informações necessárias, se comprometeu em fazer o planejamento da Capacitação e alinhamento junto a juíza titular dessa comarca, Dra. Andrea Brito.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**



**EQUIPE TÉCNICA DO CEJURES REALIZA VISITA AO CENTRO POP E À CASA DONA ELZA COM O ESCOPO DE ALINHAR AÇÕES DE ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.**

A equipe técnica do CEJURES realizou no dia 13 uma visita ao Centro POP e à Casa de Acolhimento Dona Elza com a finalidade de alinhar, com ambas as instituições, o fluxo de atendimento às pessoas em situação de rua que têm processos judiciais de execução penal junto à VEPMA.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

**REALIZADO PRIMEIROS PRÉS-CÍRCULOS DO ANO DE 2023 COM ADOLESCENTES INTERNADOS NO CENTRO SOCIOEDUCATIVO DE CRUZEIRO DO SUL**

Dia 19, foi realizado o primeiro pré-círculo referente ao termo de cooperação técnica assinado em parceria com o ISE/AC. Já no dia 24, realizamos o primeiro círculo, na ocasião foi efetuado acordo e encaminhado para apreciação e possível homologação do juiz da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Cruzeiro do Sul..



**PRIMEIRA REUNIÃO DE 2023 COM OS TRIBUNAIS DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE COM O MEMBROS DO COMITÊ GESTOR DA JUSTIÇA RESTAURATIVA**

Já no dia 20, ocorreu a primeira reunião mensal do ano de 2023 com os membros do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa com os Tribunais das Regiões Norte e Nordeste. O tribunal anfitrião foi o estado de Sergipe, onde apresentou sua boas



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

práticas de Justiça Restaurativa.

**FEVEREIRO**

**EQUIPE TÉCNICA DO CEJURES REALIZA PALESTRA E OFICINAS SOBRE JUSTIÇA RESTAURATIVA NA XVII OFICINA PEDAGÓGICA DO IFAC**

A equipe técnica do CEJURES/RB participou, nos dias 01, 02 e 03 deste mês, da XVII Oficina Pedagógica do Instituto Federal do Acre – Ifac, evento que antecede o início do semestre letivo e que reúne ações de planejamento e formação de servidores. Na ocasião, o pedagogo Fredson Pinheiro e a assistente social Mirlene Taumaturgo ministraram a palestra: Dialogando Sobre Justiça Restaurativa, no dia 01/02, no campus Rio Branco, com ênfase na prática da JR no ambiente escolar: ferramenta de resolução de conflitos que oportuniza aos envolvidos (vítima, ofensor e comunidade) no litígio buscarem conjuntamente uma solução ou amenização dos danos gerados. Já nos dias 02 e 03, os técnicos do CEJURES realizaram duas oficinas pedagógicas voltadas para apresentar o Círculo de Construção de Paz na prática, nos *campi* Baixada do Sol e Rio Branco, respectivamente.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**



**EQUIPE TÉCNICA DO CEJURES APRESENTA A JUSTIÇA RESTAURATIVA AOS ALUNOS DO CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES SOCIOEDUCATIVOS DO INSTITUTO SOCIOEDUCATIVO DO ACRE**

No dia 09 do mês em tela, a equipe do CEJURES, através de seus facilitadores, apresentaram a Justiça Restaurativa para os 292 alunos no Curso de Formação dos Novos Agentes Socioeducativos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**



**REALIZADA REUNIÃO DE ALINHAMENTO DAS AÇÕES ENTRE CEJURES E EQUIPE TÉCNICA DO ISE/CZS**

No dia 14, as equipe técnicas do Instituto Socioeducativo de Cruzeiro do Sul e do CEJURES se reuniram para estudar os processos, bem como para alinhar as ações a serem executadas.

Como resultado desse encontro, no dia 23, realizamos um pré-círculo com o adolescente referente aos autos 0000454-04.2022. Processo foi devolvido pois não atende as condições previstas no termo de Cooperação Técnica entre as instituições.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

**CEJURES REALIZA ESTUDO DE CASO REFERENTE À PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA**

No dia 27, a equipe do CEJURES, acompanhado da Juíza, Dra. Andrea Brito, receberam alguns representantes de instituições públicas, convidados para contribuir no estudo de caso, referente a uma pessoa em situação de rua. Esteve presente a Sra. Kawana Lima (coordenadora) e a Sra. Maria Angela Aguiar (assistente social) ambas do Centro Pop; a Sra. Luciana Aves (assistente social) e o Sr. Agleno Fernandes (psicólogo) da Casa de Acolhimento Dona Elza, e a Sra. Yara Costa, Gerente de Assistência do CAPS AD. Na ocasião foram pactuados alguns encaminhamentos, inclusive a internação da pessoa em tela, que foi realizada no mesmo dia, no CAPS AD.



**MARÇO DE 2023**

**CEJURES INICIA PROCEDIMENTO RESTAURATIVO NO CAMPUS BAIXADA DO SOL DO IFAC**

O CEJURES realizou neste mês um procedimento restaurativo no Campus Baixada do Sol. O caso envolveu conflitos entre alunos do curso Técnico em Agropecuária. Foram realizados 04 (quatro) prés-círculos. Contudo, na semana que antecedeu a realização do círculo a aluna tida por ofensora, após receber



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

uma suspensão escolar, trancou a matrícula no curso e não compareceu ao círculo, informando, na hora exata de prevista para a realização do círculo, que não gostaria de participar.



**EQUIPE TÉCNICA DO CEJURES REALIZA REUNIÃO DE ALINHAMENTO DE AÇÕES COM A DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS RIO BRANCO DO IFAC**



Ocorreu no dia 06 (seis), uma reunião de alinhamento das ações que a Justiça Restaurativa pretende realizar no campus Rio Branco, visando prevenir atos de indisciplina e violência escolar. Na ocasião, ficou definido que o CEJURES realizará Círculos de Construção de Paz, na modalidade Círculo de Diálogo voltado para a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

problemática do consumo de drogas.

**JUDICIÁRIO ACREANO PARTICIPA DO EVENTO NACIONAL POP RUA JUD:  
INOVAÇÃO SOCIAL E ACESSO À JUSTIÇA**

Evento é realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Esmape) e com a Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco (EJE-PE)

A juíza de Direito titular da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Rio Branco, Andréa Brito, participa do evento Pop Rua JUD: Inovação Social e Acesso à Justiça, realizado pelo CNJ, em parceria com a Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Esmape) e com a Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco (EJE-PE), até a próxima quarta-feira, 29. Participa ainda da atividade a servidora Mirlene Taumaturgo, do Núcleo de Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC).

O encontro acontece em Recife (PE), com a presença de magistrados e equipes técnicas de todo país, que participarão de palestras, rodas de conversa, painéis, entre outras atividades que visam melhor compreender as peculiaridades do acesso à Justiça pelas Pessoas em Situação de Rua (PSR). Também participam representantes da Pop Rua de todos os estados das regiões Norte e Nordeste.

A Aula Magna da atividade, intitulada "Fraternidade, Vulnerabilidade e Acesso à Justiça", que teve como palestrante o ministro do STJ Reynaldo Soares da Fonseca, aconteceu na manhã da segunda-feira, 27. O evento contou com representantes de Tribunais de todo o país. Ainda durante a manhã, foi realizado um *mini talk* com o tema "Mais que pão, direitos!", com o conselheiro do CNJ Mário Henrique Nunes Maia, com o coordenador do Movimento Nacional de População de Rua e membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos Leonildo Monteiro Filho e com o defensor público federal Renan Sotto Mayor.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**



### **Resolução CNJ nº 325**

As reuniões e encontros para alinhamento e execução das Estratégias Nacionais do Poder Judiciário brasileiro estão previstas na Resolução CNJ nº 325, que prevê, entre outras ações, avaliações com apresentação de resultados, debates relevantes para a Justiça do país e apresentação das políticas judiciais do Conselho Nacional de Justiça.

A normativa considera, entre seus motivos, a celebração do Pacto pela Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 no Poder Judiciário, com vistas a internalizar, difundir e auxiliar o processo de implementação das metas para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), subscrita pela República Federativa do Brasil.

### **TJAC e os direitos da população em situação de rua**

As sucessivas gestões do Tribunal de Justiça do Acre têm trabalhado para garantir os direitos e o acesso aos serviços do Poder Judiciário pela população em situação de rua.

Exemplos disso são a criação do Comitê Multissetorial para desenvolvimento de ações voltadas à atenção às PSR; a edição da Portaria nº 1.212/2022 da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

Presidência do TJAC, que disciplina o ingresso de PSR nas unidades do Judiciário; além de reuniões do Gabinete de Monitoramento e Fiscalização dos Sistemas Carcerário e Socioeducativo para construção de fluxos sobre a proteção social de pessoas em situação de rua em regime semiaberto e atendimentos do Projeto Cidadão voltados à expedição de documentos pessoais e até mesmo uma edição do Casamento Coletivo destinada exclusivamente a esse público.

**Marcio Bleiner Roma Felix | Comunicação TJAC**

**ABRIL**

**PROGRAMA JUSTIÇA RESTAURATIVA É APRESENTADO AO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO ACRE**

A supervisora estadual da Infância e da Juventude e do Programa Justiça Restaurativa, desembargadora Waldirene Cordeiro, esteve reunida na manhã desta sexta-feira, 14, com o secretário de Educação do Estado do Acre, Aberson Carvalho, para tratar da implementação de ações restaurativas na rede pública de ensino.

Também participaram do encontro a vice-coordenadora da CIJ, a juíza de Direito Andréa Brito (titular da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas da Comarca de Rio Branco), e a assessora especial da Secretaria de Estado de Educação (SEE) Rozária Maia.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

Na oportunidade, a desembargadora Waldirene Cordeiro entregou ao secretário Aberson Carvalho ofício dirigido às autoridades estaduais, solicitando apoio e espaço na programação escolar para o desenvolvimento das atividades, que visam a ressocialização e a reintegração de adolescentes em situação de conflito com a lei submetidos a medidas socioeducativas, no município de Cruzeiro do



Sul; bem como de adultos que estejam cumprindo sentenças restritivas de liberdade, na capital Rio Branco.

O Tribunal de Justiça do Acre aderiu à Justiça Restaurativa em 2020. Desde então, foram construídas as normativas que culminaram na instituição da Política Pública, criada a estrutura do Núcleo de Justiça Restaurativa (Nujures) e desenvolvidas atividades e articulações para a implementação do programa, idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Grande parte das ações, vale destacar, se deu ainda durante a situação de emergência internacional em saúde decorrente da pandemia da covid-19.

Agora prepara-se a implementação das ações do Justiça Restaurativa nas comunidades escolares com o apoio da SEE com o intuito de restabelecer laços familiares, sociais e até mesmo as próprias trajetórias de vida dos beneficiados pelo programa, em Rio Branco e Cruzeiro do Sul, segundo município mais populoso do Acre.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

**O Nujures**

O Núcleo está sediado na 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Rio Branco e é coordenado pela juíza Andrea Brito, juntamente com uma equipe técnica formada por assistente social, psicólogo, bacharel em Direito e estagiários.

As atividades representam investimento da administração do TJAC na capacitação e aperfeiçoamento dos servidores que atuam em áreas com foco na utilização de círculos restaurativos e na construção de uma cultura de paz.

A Justiça Restaurativa tem como objetivo primordial a aplicação de métodos e práticas restaurativas, possuindo funções específicas de planejar, apoiar, executar e avaliar a aplicação de vias alternativas na solução de conflitos.

Trata-se, em verdade, de um mecanismo de transformação social, no qual a principal ferramenta encontra-se no consenso entre as partes envolvidas.

Através dos círculos restaurativos, vítimas, infratores e terceiros, inclusive, membros da comunidade afetados pelo problema, refletem, transformam e constroem soluções para os danos causados.

O projeto, atualmente, irá atender 10 escolas públicas no município de Rio Branco, através de 50 círculos restaurativos, divididos em 25 ciclos anuais.

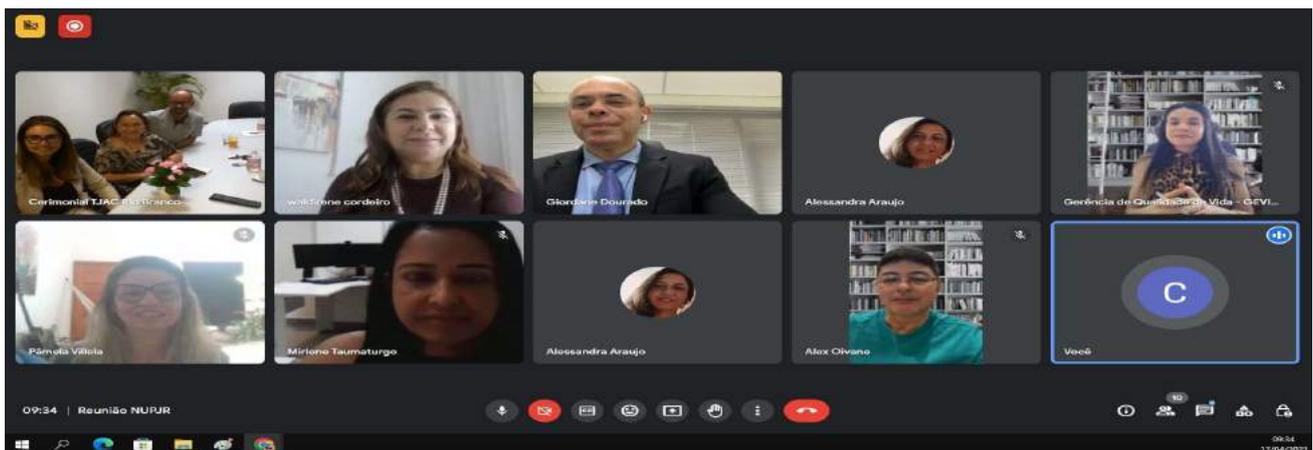
**NÚCLEO PERMANENTE DA JUSTIÇA RESTAURATIVA REALIZA PRIMEIRO ENCONTRO E DEBATE PLANEJAMENTO PARA BIÊNIO 2023/2025**

O Núcleo Permanente da Justiça Restaurativa (Nujures) do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) realizou seu primeiro encontro de 2023 nesta segunda-feira, 17. A reunião ocorreu no formato virtual com o objetivo de aprovar as ações da Justiça Restaurativa para o biênio 2021/2023 e o planejamento das ações do biênio 2023/2025.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

Conforme Portaria n. 603/2023, assinado pela presidente do TJAC, desembargadora Regina Ferrari, [que designa a composição do NUJURES para o biênio 2023/2025](#), participaram do encontro as supervisoras do núcleo, desembargadoras Waldirene Cordeiro e Eva Evangelista. Compuseram também o supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional, desembargador Francisco Djalma, o juiz-auxiliar da presidência Giordane Dourado e o juiz-auxiliar da Corregedoria-Geral, Alex Oivane, que atuarão como cooperador institucional; a coordenadora do Nujures, juíza Andréa da Silva Brito, os facilitadores da Justiça Restaurativa Fredson de Lima e Mirlene Taumaturgo, a representante do Programa Fazendo Justiça CNJ/PNUD Pamela Vilela, além de



servidores e colaboradores.

As ações debatidas resultam de normativas e recomendações da Resolução nº 225/2016, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que atribui aos Tribunais de Justiça a implementação de programas de Justiça Restaurativa, bem como, da Resolução TPADM nº 261/2021, que Institui a Política Pública de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Na ocasião, foram apresentados relatórios das ações do ano 2021 e 2022. Quanto ao planejamento das ações, a juíza de Direito Andrea apresentou o plano contendo eixos e propostas de ações para cada eixo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

Os eixos apresentados foram: educação (Educar para Transformar e Justiça Restaurativa nas Escolas Educando para a Paz); segurança de pública; socioeducativo (Projeto Recomeçar); pessoas em situação de rua (Projeto Incluir para Recomeçar); autores de violência doméstica (Homens em Transformação); sistema prisional (Projeto Sonhando com a Liberdade).

A supervisora do Nujures, desembargadora Waldirene Cordeiro, deliberou sobre o dever de informar os dados, relatórios e ações da Justiça Restaurativa no site do TJAC. Já o juiz Giordane Dourado propôs a discussão da Justiça Restaurativa no ambiente digital. O próximo encontro, conforme Portaria, será realizado em dois meses.

Elisson Nogueira Magalhaes | Comunicação TJAC

**REPRESENTANTES DO TJAC DEBATEM PRÁTICAS RESTAURATIVAS EM  
EVENTO REGIONAL**

A desembargadora Waldirene Cordeiro, supervisora do Núcleo de Justiça Restaurativa (Nujures), a juíza Andrea Brito, coordenadora do Nujures, e o servidor Fredson Pinheiro, da Justiça Restaurativa do Acre participaram do 1º Encontro Norte e Nordeste de Justiça Restaurativa, realizado nos dias 19 e 20 de abril no auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão.

Na oportunidade, os representantes acreanos debateram e apresentaram as boas práticas da instituição durante a exposição do painel “Possibilidades e Práticas nos Sistemas Criminais e Socioeducativo”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**



A desembargadora Waldirene Cordeiro assinalou que a Justiça Restaurativa tem lugar no planejamento estratégico do Judiciário acreano, assim deu relevo a ações em andamento, como os grupos reflexivos, os projetos “Recomeçar”, “Incluir para Recomeçar” e “Justiça Restaurativa na Escola”. A supervisora do Nujures enfatizou ainda que “as ações ocorrem em rede, por isso fortalecem a promoção e garantia de direitos, bem como o desenvolvimento de uma cultura de paz na sociedade”.

Brito levantou ponderações a partir dos objetivos do programa “Fazendo Justiça” e a realidade do sistema carcerário brasileiro, tendo em vista que em todo o país há a configuração do Estado de Coisas Inconstitucional, conforme declarado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da ADPF 3472.

Os determinantes sociais e as mazelas estruturais envolvem questões ainda mais complexas, como racismo, violências de gênero e desigualdades econômicas. “Com práticas adaptáveis ao sistema de justiça criminal e socioeducativo, a Justiça Restaurativa oferta ferramentas para que o judiciário protagonize a oferta de novas respostas, ante o desafio histórico do encarceramento. E, de igual modo, são necessárias novas possibilidades de resposta para as pessoas em



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

situação de rua, frente ao seu diálogo constante com o sistema de justiça”, assinalou a juíza Andrea Brito.



**TJAC APRESENTA AÇÕES PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM REUNIÃO NACIONAL DA REDE POP RUA JUD**

Rede realiza encontros mensais, que visam apresentar projetos relacionados à política de atenção às pessoas em situação de rua, para troca de experiências e estimular que projetos similares possam ser reproduzidos por outros órgãos.

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) participou de reunião com representantes da Rede de Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas Interseccionalidades (Rede Pop Rua Jud), nesta sexta-feira, 28. A atividade foi realizada no formato virtual.

Participaram da reunião, o juiz-auxiliar da Presidência, Giordane Dourado, e a juíza de Direito, Andrea Brito, titular da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas (Vepma) da Comarca de Rio Branco, além da facilitadora da Justiça Restaurativa Mirlene Taumaturgo. Compareceram também representantes, entre

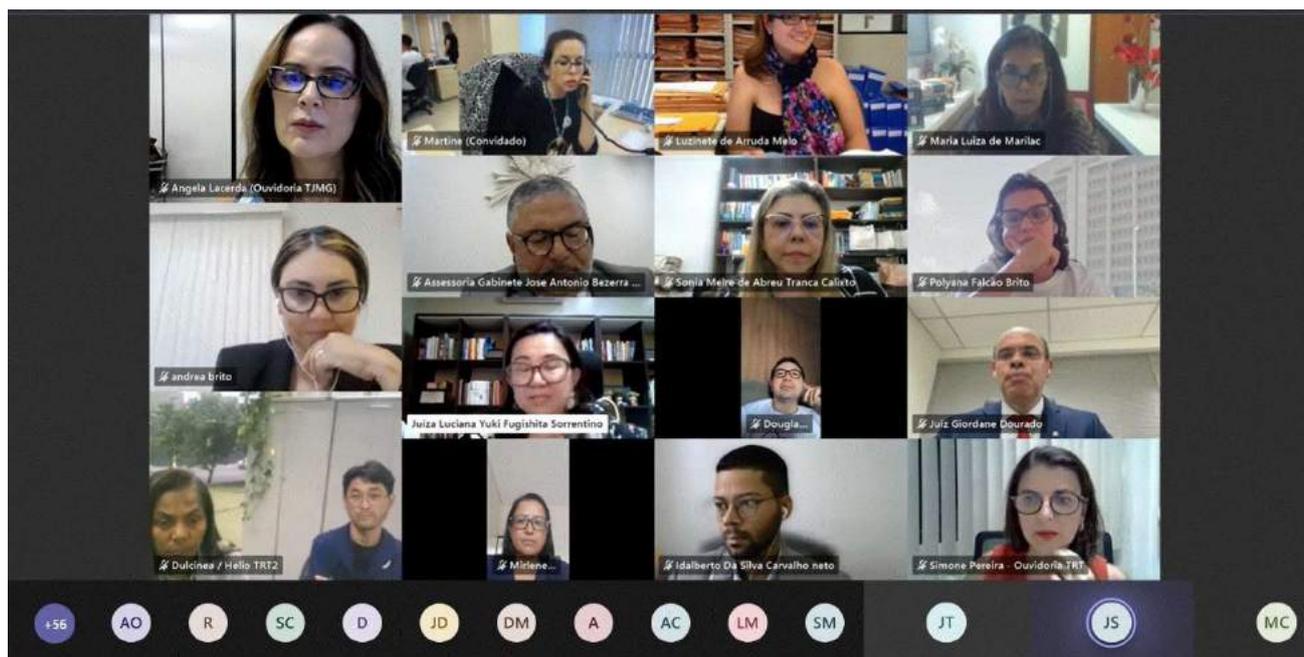


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

magistrados (as) e servidores(as), de Tribunais Estaduais e Federais de diversos estados brasileiros.

As reuniões da rede são mensais com o objetivo de apresentar, pelos tribunais convidados, projetos relacionados à política de atenção às pessoas em situação de rua, a fim de promover a ampla divulgação das iniciativas, a troca de experiências e estimular que projetos similares possam ser replicados por outros órgãos.

No mês de abril, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre apresentou as iniciativas realizadas, ou seja, uma série de ações que objetivam para atender adequadamente à população em situação de rua que ingressa na Justiça.



A magistrada iniciou a apresentação falando da acessibilidade citando a Portaria n. 1212/2022 que disciplina o acesso das pessoas em situação de rua às dependências do Poder Judiciário do Estado do Acre. Além dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Acre (Coger), n. 07/2022 e a n. 22/2022, que tratam sobre o cumprimento das medidas por magistrados e servidores determinadas na Resolução para procedimentos criminais referentes à população de rua com respeito às especificidades. Também ganhou destaque o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

acompanhamento psicossocial de equipe Multidisciplinar do Poder Judiciário e parceiros à população de rua.

A maior ação social do TJAC, Projeto Cidadão, que há quase três décadas leva justiça e cidadania a todos os cantos do Estado do Acre, também foi mencionada, pois em junho de 2022, ganhou uma edição especial voltada para a população em situação de rua, denominada "Acolher para transformar". A atividade ofertou diferentes serviços desde orientações jurídicas, emissão de documentos, atendimentos sociais, vacinas, testes rápidos, serviços odontológicos, segurança pública, cortes de cabelo e recreação para crianças.



Bem como, a realização de capacitações para magistradas e magistrados, alteração de normativas sobre o fluxo de aplicação de medidas cautelares e desenvolvimento da rede de instituição para ofertar atendimento psicossocial.

A Justiça Restaurativa (JR), coordenado pela desembargadora Waldirene Cordeiro, também foi citado como exemplo de ação, pois nas palavras da juíza de Direito Andrea Brito, compreender a Justiça Restaurativa é um "rompimento de paradigmas e requer um acolhimento humanizado e personalizado. JR é dispendioso de tempo e dedicação, mas extremamente recompensador quando o resultado é representado numa vida ressocializada e/ou restaurada", finalizou a magistrada.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

Todas as iniciativas que integram o plano de ação do TJAC, vão ao encontro e cumprem a Resolução n.º425/2021 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A normativa institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades, estabelecendo o procedimento quanto ao tratamento de pessoas em situação de rua.

Elisson Nogueira Magalhaes | Comunicação TJAC

## **MAIO**

### **TJAC PARTICIPA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA**

Na sexta-feira, 26, foi realizada Audiência Pública sobre Pessoas em Situação de Rua na Assembleia Legislativa do Acre (Aleac). Representantes do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) contribuíram com diálogo estabelecido com demais Poderes Públicos e organizações sociais, a fim de criar respostas para essa problemática com a garantia de direitos.

A sessão foi presidida pela deputada Michelle Melo, que é líder do governo e autora do requerimento que deu origem a audiência pública. Compuseram o dispositivo de honra a desembargadora Waldirene Cordeiro, o desembargador Élcio Mendes, o juiz-auxiliar da Presidência Giordane Dourado e a juíza Andrea Brito. Também estavam presentes a juíza Isabelle Sacramento, a representante do Conselho Nacional de Justiça, Pâmela Villela e a servidora Mirlene Taumaturgo. O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Reynaldo Fonseca, que retorna ao estado acreano para cumprir uma agenda no Poder Judiciário, falou sobre o compromisso de construir um país melhor e a necessidade de apontar caminhos para os desafios atuais. “Todos nós que estamos no aparelho estatal estamos em serviço público, a serviço da comunidade. A nossa Constituição preconizou uma sociedade livre, justa e fraterna, então a partir desse tripé é preciso reconhecer



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

as pessoas sem habitação, sem acesso à água potável. Isso tem que nos incomodar, precisamos ser solidários e intervir para mudar esse Estado de Coisas”, falou o convidado.



A desembargadora Waldirene Cordeiro, coordenadora da Justiça Restaurativa, conclamou o engajamento das instituições para realizarem acolhimentos e tratamentos diferenciados, visando alcançar as vulnerabilidades da parcela de pessoas que estão com uma disfunção social grave. “É preciso deixar o plano da narrativa, da reafirmação de conceitos, para a ação efetiva, que mitigue as agruras dessa média de 400 pessoas em situação de rua na capital acreana” disse.

Cordeiro lembrou que há bem pouco tempo atrás, as pessoas em situação de rua tinham dificuldades de acessar o Judiciário por não ter um comprovante de endereço, mas esses entraves foram sendo percebidos e a Resolução nº 425/2021 foi instituída para que a inclusão se aprimorasse, bem como para que outras ações fossem editadas, a exemplo do que é realizado pelo Projeto Cidadão, que há cerca de 30 anos desenvolve uma atuação desburocratizada.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**



Em consonância, o juiz Giordane Dourado expôs iniciativas recentes do Judiciário comprometidas com os Direitos Humanos em atenção a esse público, dentre elas a acessibilidade, a identificação dos processos de pessoas em situação de rua, acompanhamento multidisciplinar em rede, emissão de documentação civil, Justiça Restaurativa, atendimentos itinerantes, criação de comitês multiníveis, capacitação de magistrados e servidores.

A juíza da Vara de Execução Penal e Medidas Alternativas (Vepma), Andrea Brito, defendeu que o Sistema de Justiça deve olhar além do fato cometido para que não haja a criminalização da pobreza. Para isso, apresentou um estudo de caso de um processo atendido em sua unidade. O cumpridor da medida alternativa em regime aberto de Rio Branco tem 45 anos, é usuário abusivo de crack. Ao longo da sua vida, foi condenado por nove furtos, de itens como um par de sandálias, três desodorantes, uma lata de azeite e o último, cometido em 2020, de uma bicicleta. A magistrada concluiu apresentando a comparação do valor gasto na manutenção desse indivíduo no presídio, com o custo da recuperação da dependência química e ressocialização.

A fala mais marcante do dia pertence ao Hudson Nunes, representante do Movimento Acreano das Pessoas em Situação de Rua (MAPSIR). Ele enfatizou a dificuldade de acesso a programas e serviços de saúde, segurança, trabalho e previdência social. "Muitas pessoas só veem o assistencialismo. Nós não



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

buscamos simplesmente um prato de comida, a gente precisa de dignidade. É preciso acabar com o estigma que rotula todos nós como incapazes, vagabundos e bandidos”, afirmou.

Denunciou ainda a precariedade do atendimento do Centro Pop, onde tem faltado até água. A rotatividade de funcionários terceirizados é outro problema, pois quando esses começam a compreender a demanda, o contrato acaba e eles são mandados embora. Por fim, destacou a importância do atendimento psicossocial, onde a população de rua é enxergada em suas individualidades no tratamento da saúde mental, mesmo sendo a dependência de álcool e drogas comum a muitos. A oportunidade possibilitou o levante de outras falas e abordagens, que elencaram questões críticas sobre a transformação social. Representantes públicos disponibilizaram seus serviços e novas reflexões abriram o caminho para mais mobilizações e propostas que atendam as pessoas em situação de rua.

Miriane Teles / Fotos: Aleac | Comunicação TJAC

## **JUNHO**

### **TJAC REALIZA FORMAÇÃO COM EQUIPE TÉCNICA DO GRUPO REFLEXIVO DE FEIJÓ**

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) realizou nos dias 20 e 21 a formação de multiplicadores em grupos reflexivos com autores de violência doméstica. O curso foi ofertado no Centro de Referência da Assistência Social de Feijó, local que terá uma sala destinada a implantação da iniciativa de forma definitiva no município.

A decana da Corte acreana, desembargadora Eva Evangelista, assinalou que a formação representa um avanço na política judiciária de proteção à mulher, pois a interiorização dos grupos reflexivos amplia o enfrentamento a essa grave



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

problemática. Os formadores são os servidores do TJAC, que atuam na Justiça Restaurativa, Mirlene Taumaturgo e Fredson Pinheiro.



Em agosto de 2022, foi sancionada a Lei nº 1.014 criando o programa de prevenção e combate à violência doméstica e intrafamiliar em Feijó. Segundo o dispositivo, o objetivo principal é a responsabilização e ressignificação do papel masculino, visando diminuir o potencial agressivo, bem como a reincidência criminal, por meio da desconstrução da cultura do machismo e suas manifestações.

O grupo reflexivo contempla homens que estejam com inquérito policial, procedimento de medida protetiva, processo criminal ou execução penal em curso em processos pautados na Lei Maria da Penha. Deste modo, a formação foi destinada aos profissionais responsáveis pela atividade e/ou que integram a rede de proteção.

A juíza Ana Saboya afirma que a punição não tem sido suficiente para cessar a violência, "o grupo reflexivo vem de encontro a uma necessidade da Vara Criminal de Feijó, em dispor de ferramentas para o combate à violência doméstica. Sabemos que a violência doméstica envolve tanto a vítima, quanto o agressor e esses geralmente trazem histórias motivadoras de violências, muitas vezes



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

reproduzindo conduta paternas, por exemplo. Então, a frequência no grupo reflexivo oportuniza perceber as atitudes erradas”.

A procuradora da Mulher na Câmara de Vereadores de Feijó, Vanda Aguiar, também destacou a importância da iniciativa: “o grupo reflexivo significa uma política pública que possa diminuir os índices de violência contra a mulher, ou seja, não vamos trabalhar apenas a repressão, mas desenvolver a prevenção e uma cultura de paz no nosso município”.

De igual modo, Benedita Rodrigues, coordenadora do grupo reflexivo se declarou otimista com a implantação. “Isso reforça, garante e protege as famílias do nosso município. Esse projeto traz consigo esperança de dias melhores”, disse.

Miriane Teles | Comunicação TJAC

## **TJAC FAZ REUNIÃO DE ALINHAMENTO PARA IMPLANTAR PROJETO JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

*Representantes de seis escolas da rede pública, indicadas pela Secretária de Estado de Educação vieram ao Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) nesta segunda-feira, 26, para conhecerem o projeto “Educar para Transformar”*

“Olhar para o passado deve ser apenas um meio de entender claramente o que e quem eles são, para que se possam construir mais sabiamente o futuro”, escreveu o educador brasileiro Paulo Freire. Seguindo essa lição, de construir um futuro melhor a partir de todos os contextos atuais, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (Nujures), dialogou nesta segunda-feira, 26, com seis escolas públicas de Rio Branco para poder implantar núcleos de promoção de práticas restaurativas nas unidades de ensino.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**



A proposta é levar o projeto “Educar para Transformar” do Nujures para nove escolas. A princípio será ofertada capacitação de agentes indicados pelas unidades escolares, para desenvolver técnicas de Justiça Restaurativa (JR) diante de conflitos e, também, como instrumento metodológico para cultivar a paz nos ambientes de ensino e a prevenção de atos de violências e problemas, tanto entre discentes, docentes e corpo técnico de gestores.

Durante a abertura do encontro, a presidente do TJAC, desembargadora Regina Ferrari agradeceu o envolvimento de todos e chamou as pessoas a se comprometerem com essa maneira de promover justiça que visa reestruturar, e quando, possível reestabelecer laços. “Que todos passamos estar abertos, atentos a essa nova prática de Justiça Restaurativa, que como o próprio nome diz é restaurativa, para que todos aprendam valores fundamentais e a mediar conflitos. Essas são ferramentas maravilhosas, onde a alteridade, o respeito ao outro é cultivado para que seja promovido a paz social”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**



A desembargadora Waldirene Cordeiro, supervisora do núcleo, esclareceu as dúvidas e conversou com os representantes das escolas, indicadas pela Secretária de Estado de Educação (SEE). A magistrada explicou sobre as vantagens das práticas restaurativas “É um novo olhar. O Judiciário tem que punir? Sim. Mas, o sistema que está aí não está resolvendo, não adianta só depositar as pessoas entre quatro paredes. A superpopulação carcerária é uma realidade. Por isso, é preciso restaurar. Ter esse olhar diferenciado com o agressor e a vítima. As práticas restaurativas auxiliam, nas escolas, na prevenção e redução dos índices de violência”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**



A chefe da Divisão de Segurança Escolar da SEE, Mirla Oliveira, ressaltou a importância de ações dessa natureza. “Esse projeto é superimportante, porque com todo esse cenário de violência que temos identificado nas escolas, estamos trabalhando com ações emergenciais e esse projeto, a Justiça Restaurativa, identificando a realidade de cada escola e trabalhando com ações preventivas é importante”.

Além dos gestores, gestoras das seis escolas presentes, também participaram do encontro a juíza de Direito, Andréa Brito, coordenadora do Nujures, a servidora Mirlene Taumaturgo e o servidor Fredson Pinheiro, formadores da Justiça Restaurativa, no âmbito do Judiciário acreano.

### **Ano pela Justiça Restaurativa na Educação**

Com a Resolução n.º458/2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi inserido dentro de outra regulamentação (n.º225/2016) a necessidade de implantar a política nacional judiciária de Justiça Restaurativa dentro dos ambientes escolares.

Dessa forma, para esse ano foi fixado que seria o ano da JR na Educação, como forma de atender tratados internacionais e nacionais sobre direitos das crianças



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

e adolescentes, assim como, atuar de forma mais efetiva no enfrentamento aos conflitos e atos de violência, dentro das unidades escolares, por conta de ser espaço privilegiado de convivência e desenvolvimento.

Emanuelly Falqueto / Fotos Elisson Magalhães | Comunicação TJAC

**NUJURES E IFAC REALIZAM PLANEJAMENTO PARA REALIZAR AÇÕES DE INTERIORIZAÇÃO DA JUSTIÇA RESTAURATIVA**

No dia 29, os técnicos do NUJURES se reuniram com a Pró-Reitora de Ensino do Ifac, Professora Me. Carmem Paola Torres Alvarez para planejar as ações de interiorização das práticas restaurativas aos *campi* localizados nos municípios de Sena Madureira e Tarauacá.

**EQUIPE DA JUSTIÇA RESTAURATIVA DO TJAC PARTICIPA DE MAIS UMA REUNIÃO COM OS TRIBUNAIS DO NORTE E NORDESTE PARA TRATAR DOS PROJETOS E DOS TRABALHOS REALIZADOS POR CADA ESTADO**

Em 30.06.23 o NUJURES se fez presente em mais uma reunião do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do CNJ, responsável por acompanhar os tribunais que compõem as regiões Norte e Nordeste. Nesse momento, são tratados assuntos comuns a todos os tribunais no desenvolvimento das atividades relacionadas Pa Justiça Restaurativa.

**JULHO**

**NUJURES E ESJUD OFERECEM CURSO DE FORMAÇÃO TEÓRICA EM JUSTIÇA RESTAURATIVA**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

O NUJURES solicitou à ESJUD um curso de Justiça Restaurativa que abordasse a parte teórica dos fundamentos que sustentam às práticas de Justiça Restaurativa. Atendendo ao pedido a ESJUD ofereceu o curso Justiça Restaurativa – Formação Teórica na modalidade EAD com 50 vagas. A tutora do curso foi a Dra. Andrea Brito, coordenadora do CEJURES.

Andrea Zílio | Comunicação TJAC

**ESCOLA DO PODER JUDICIÁRIO REALIZA CURSOS “FACILITADOR EM PROCESSOS DE CÍRCULOS DE CONSTRUÇÃO DE PAZ”**

***Serão ofertadas 25 vagas especificamente para servidoras (es), magistradas (os) que atuam com a Justiça Restaurativa.***

A Escola do Poder Judiciário (Esjud) do Tribunal de Justiça do Acre abre inscrições para o curso “Facilitador em Processos de Círculos de Construção de Paz”, voltado para magistrados (as) e servidores (as) que atuam diretamente no círculo de paz, com a Justiça Restaurativa.

Serão ofertadas 25 vagas pela Esjud, que tem a frente de sua administração o desembargador Elcio Mendes. O programa de formação continuada terá carga horária de 40 horas-aula, modalidade virtual, e será executada entre os dias 25 a 31 de julho, das 8h às 12h e das 14h às 18h, no formato remoto.

**O facilitador**

Maria Fausta Cahyba Rocha – é Juíza de Direito da 5ª Vara do Sistema de Juizados Especiais Criminais de Salvador – Bahia. Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Mestre em Justiça Restaurativa pela Faculdade de Direito da UFBA. É também juíza Coordenadora do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania – CEJUSC – Justiça Restaurativa



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

de Salvador, Bahia e membro do Comitê Gestor do Núcleo de Justiça Restaurativa de 2º Grau do TJBA.

A magistrada é tutora e Formadora de Formadores pela ENFAM – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados. Instrutora em Processos Circulares – Círculos de Construção de Paz pelo Summer Peacebuilding Institute, Eastern Menonite University, Harrisonburg, Washington, D.C. EUA.

**Ementa do Curso**

Visão crítica do novo paradigma de resposta ao conflito conhecido pelo rótulo de Justiça Restaurativa.

Origem, princípios e fundamentos – conceito e desenvolvimento da Justiça Restaurativa. O encontro restaurativo e suas bases filosóficas. Neurociência e Justiça Restaurativa. Processos Circulares (elementos estruturais). Pressupostos Centrais. Princípio da Não-Violência. Diálogo e redes de convivência. Processos circulares de construção de paz e CNV – Comunicação Não Violenta. Aplicação do Círculo. Tipos de círculo. A normatização legal sobre o tema, entre outros pontos que você pode conferir na íntegra no edital.

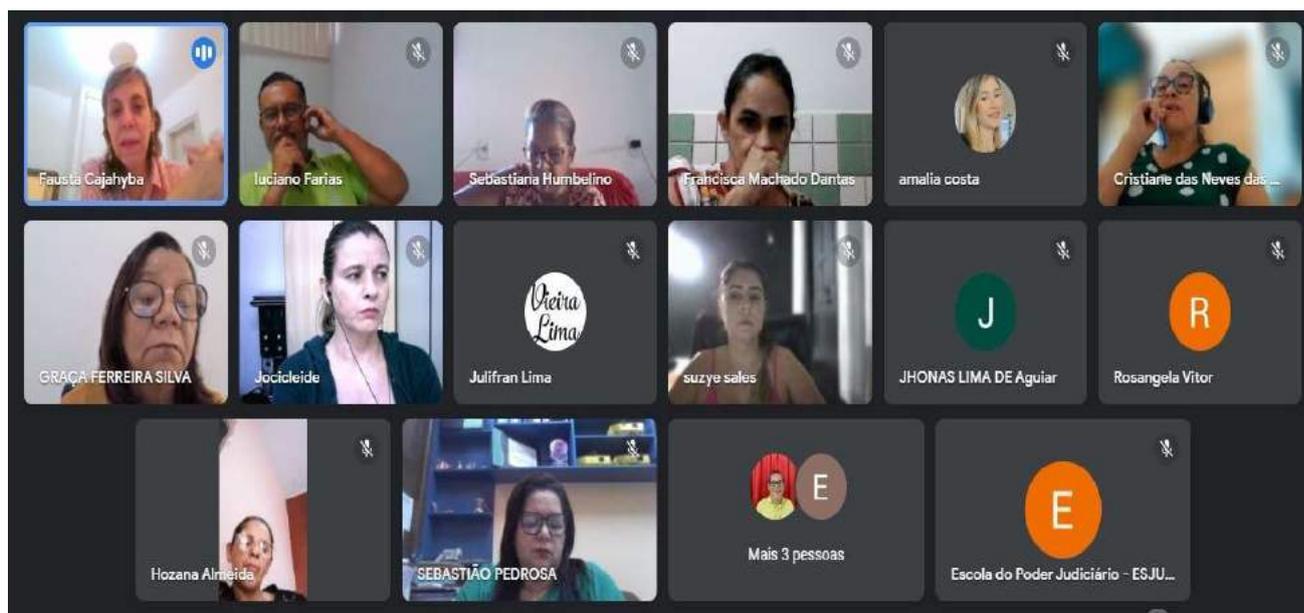
**Avaliação da cursista**

A avaliação será formativa, através de exercícios aplicados no decorrer do curso, tendo como critério a participação nas atividades propostas, assiduidade e pontualidade.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

O curso será fechado para público específico que já possui a formação teórica. Todos terão direito ao certificado de participação, desde que obtenha a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) e aproveitamento, conforme Edital.



**AGOSTO**

**TJAC E INSTITUTO FEDERAL DO ACRE INTERIORIZAM AÇÕES DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO**

*Campi de Sena Madureira e Tarauacá foram atendidas pelos servidores do Judiciário do Acre, que apresentavam a proposta da Justiça Restaurativa e depois mostravam na prática o funcionamento, aplicando um círculo de construção de paz com servidores e servidoras*

Avançando na prevenção e promoção da pacificação social, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (Nujures), realizou em parceria com o Instituto Federal do Acre (Ifac), o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

seminário “Justiça Restaurativa no Ifac: uma nova perspectiva sobre resolução de conflitos no ambiente escolar”, na última terça-feira, 8, e quinta-feira, 10, nos campi de Sena Madureira e Tarauacá.

O trabalho foi conduzido pelos facilitadores Mirlene Taumaturgo e Fredson Pinheiro, servidores do Judiciário que atuam no Centro de Justiça Restaurativa (Cejures). Durante a manhã, eles realizavam uma apresentação e depois aplicavam um círculo de construção de paz com servidores e servidoras.

A ação integra a política nacional estabelecida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que fixou este como o ano da Justiça Restaurativa (JR) na Educação. Por meio das Resoluções n.º458/2022 e n.º225/2016, o órgão implantou a JR, com objetivo de solucionar conflitos utilizando métodos de diálogo e negociação, com a participação de todos e todas envolvidos no problema. Além disso, o conjunto princípios, técnicas visa conscientizar sobre os fatores sociais, motivacionais no entorno do conflito.



Para a desembargadora Waldirene Cordeiro, supervisora do Nujures, é preciso que o Judiciário desenvolva outros caminhos de promoção de direitos. “É um novo olhar. O Judiciário tem que punir? Sim. Mas, o sistema que está aí não está



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

resolvendo, não adianta só depositar as pessoas entre quatro paredes. A superpopulação carcerária é uma realidade. Por isso, é preciso restaurar. Ter esse olhar diferenciado com o agressor e a vítima. As práticas restaurativas auxiliam, nas escolas, na prevenção e redução dos índices de violência”, comentou a magistrada em evento, em junho.

### **Caminhos**

O servidor campus de Sena Madureira, Cleudo Araújo Farias, ressaltou a relevância da iniciativa. “O momento foi muito importante para a comunidade acadêmica do Ifac. Mostrou caminhos ricos para resolução de conflitos através da Justiça Restaurativa. Quero parabenizar a iniciativa e que momentos como esses sejam sempre proporcionados”.

A diretora de Políticas de Educação Profissional da Pró-Reitoria de Ensino do Ifac (Diped/Proen), Rubya Mara Rezende Madella Martins também considera que a Justiça Restaurativa é um caminho para solução de conflitos no âmbito da Educação.

“A convivência com o outro pode gerar conflitos, pois onde há diversidade, movimentações e comunicação, surgem divergências, disputas e dificuldades nas interações humanas. A Justiça Restaurativa possibilita uma nova condução para resolução de conflitos, buscando através do saber ouvir e no respeito à história que constitui o outro, fontes de aprendizagem e molas propulsoras de mudanças”, disse Martins.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

A diretora ainda discorreu sobre o impacto positivo que a metodologia pode proporcionar a toda a comunidade. “A resolução de conflitos por meio das práticas restaurativas é uma excelente oportunidade de não permanecermos apenas no ato de punição pela punição, mas também de buscar a conscientização das nossas ações, e qual o meu papel diante da situação na busca da harmonia e da paz. A parceria do Ifac com o TJ do Acre é um projeto que trará um benefício não apenas para os servidores e estudantes do Ifac, também será sentido pelos familiares e comunidades as quais estão inseridos”.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

**TJAC PARTICIPA DE 1º ENCONTRO NACIONAL DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NA EDUCAÇÃO NO TOCANTINS**

*Entre os dias 23 e 25 de agosto, tribunais do país reúnem-se para debater caminhos para o desenvolvimento da Justiça Restaurativa no ambiente escolar.*

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) participa do 1º Encontro Nacional de Justiça Restaurativa na Educação, realizado em Palmas, no Tocantins, entre os dias 23 e 25 de agosto. A atividade tem objetivo de discutir a melhoria nas práticas e estratégias para desenvolvimento da Justiça Restaurativa (JR) no ambiente escolar.

A supervisora do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (Nujures) do TJAC, desembargadora Waldirene Cordeiro, representa o Judiciário acreano no evento, que é promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Tribunal de Justiça do Tocantins (TJTO).

Outra intenção do encontro de cunho internacional, com participação de palestrantes estrangeiros, é proporcionar a transformação da convivência escolar em consonância com as diretrizes dessa forma de entregar justiça, voltada a resgatar, envolver a comunidade na reparação, agenciando os fatores sociais que incidem sobre os conflitos.

Voltada para alavancar ações neste 2023, decretado pelo CNJ como o ano da Justiça Restaurativa na Educação, a programação do encontro iniciou na quarta-feira, 23, com a palestra “A potência da Justiça Restaurativa na Educação”, da professora Ph.D em psicologia educacional e pesquisa pela Universidade do Tennessee, Knoxville, Katherine Evans.

Já na quinta, 24, são ofertadas nove palestras que permeiam os seguintes temas: JR nas escolas e seus desafios; também tratam sobre a articulação do trabalho em Rede; apresentação da proposta do CNJ; debate sobre violência extrema e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

possibilidade de abordagens; compartilhamento de experiências e projetos-pilotos do Tocantins e do Distrito Federal; e reflexão sobre a transformação de conflitos em oportunidades de crescimento.

Além disso, nesta quinta-feira há momento para exposições breves de boas práticas executadas pelos tribunais. Então, no último dia de evento, sexta-feira, 25, serão realizados três painéis e na parte da tarde serão feitos Grupos Temáticos para diálogo entre os participantes.



No Acre, a Justiça estabelece práticas alinhadas aos princípios restaurativos, e nesse ano tem ampliado suas ações para as instituições de ensino públicas na capital. Em junho a desembargadora-presidente do TJAC, Regina Ferrari, acompanhada dos integrantes do Nujures e convidou as unidades escolares a implantar a JR.

A proposta é levar o projeto “Educar para Transformar” para nove escolas. A execução iniciou com a capacitação de agentes indicados pelas unidades



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

escolares, para desenvolver técnicas de JR diante de conflitos e, também, como instrumento metodológico para cultivar a paz nos ambientes de ensino e a prevenção de atos de violências e problemas, tanto entre discentes, docentes e corpo técnico de gestores.

Aliados a isso, o TJAC firmou Termo de Cooperação Técnica com o Instituto Federal do Acre (Ifac) para instalação de núcleos de JR. Nesse sentido, em novembro foi realizado um seminário sobre as práticas restaurativas e agora, em agosto, facilitadores do Programa foram as unidades do Ifac do interior, Sena Madureira e Tarauacá, apresentar a proposta da JR e executar um círculo de construção de paz com servidores e servidoras.



Emanuely Falqueto / Fotos Assessoria de Comunicação do TJTO | Comunicação TJAC

## **SETEMBRO**

### **JUSTIÇA RESTAURATIVA DO TJAC REALIZA VISITAS ÀS ESCOLAS ESTADUAIS QUE PARTICIPARAM DE FORMAÇÃO EM CÍRCULO DE CONSTRUÇÃO DE PAZ**

Foram formados dezesseis facilitadores, e ainda no mês de setembro, está previsto um círculo na prática, que vai reunir todos os facilitadores, com a presença da presidente do TJAC, desembargadora Regina Ferrari e outros atores do sistema de justiça e educação



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), através do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (NUPJR), realizou visitas, na última semana de agosto, às escolas estaduais que participaram de Formação em Círculo de Construção de Paz.

Foram formados dezesseis facilitadores, entre educadores da Educação Estadual e do Instituto Federal do Acre (IFAC), além de servidores do Poder Judiciário do Acre. Após o encerramento do curso, os servidores do NUPJR, Mirlene Taumaturgo e Fredson Pinheiro, foram até as escolas a fim de ouvir a opinião dos participantes sobre a experiência do curso e alinhar para a implantação.

Outro objetivo é fortalecer e alinhar o vínculo com educadores, conhecer a realidade do ambiente escolar, as vivências, os tipos de conflitos e o que tem de produto para trabalhar a Justiça Restaurativa nesses espaços.

O curso de formação de facilitadores e círculo de construção de paz foi promovido por meio da Escola do Poder Judiciário (ESJUD) e ministrado pela juíza de Direito, Maria Fausta Cahayba Rocha, do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA). A capacitação ocorreu entre 25 a 31 de julho com trabalhadores da educação do Acre disponibilizados por cinco escolas selecionadas pela Secretaria Estadual de Educação, por critério de maior índice de violência a indisciplina escolar.



Para a Maria das Graças Ferreira da Silva, servidora da Escola Professor Pedro Martinello, uma das escolas selecionadas, fala de sua experiência com a capacitação. “O curso da Justiça Restaurativa é uma possibilidade de novos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

caminhos, novos olhares para a resolução de conflitos, sem perder ou julgar a essência humana. Para a escola, essa prática gera um espaço seguro e oportunizando com que todos se sintam pertencentes e responsáveis pelo o bem estar de todos”.

No mês de setembro, está previsto um círculo na prática, que vai reunir todos os facilitadores, juntamente com a presença da presidente do TJAC, desembargadora Regina Ferrari e outros atores do sistema de justiça e educação. Esta atividade está alinhada com a Divisão de Segurança Escolar da Secretaria Estadual de Educação, através da coordenadora Milla Almeida de Oliveira e a assessora pedagógica Maria Betânia Freitas da Silva.

Em março deste ano, a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do CNJ, ministra Rosa Weber, declarou 2023 como o Ano da Justiça Restaurativa na Educação, no âmbito do Conselho. A iniciativa contribui para difundir os conceitos e a prática desse tipo de abordagem para o ambiente escolar, conforme indica a [Resolução CNJ n. 458/2022](#).

Elisson Magalhães/ Fotos cedidas | Comunicação TJAC

**NOVO MAPEAMENTO DOS GRUPOS REFLEXIVOS E DE RESPONSABILIZAÇÃO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES SERÁ FEITO PELO JUDICIÁRIO BRASILEIRO**

Em um esforço para combater a violência contra as mulheres e enfrentar o preocupante cenário que coloca o Brasil como o quinto país mais perigoso para o gênero feminino, um estudo inédito sobre grupos reflexivos e de responsabilização para homens autores de violência, realizado em 2020, será atualizado.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

O levantamento, que contém análises e recomendações, tem como objetivo compartilhar práticas efetivas com a sociedade civil e outras instituições interessadas em abordar esse grave problema.

A iniciativa pioneira, apoiada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), foi apresentada pelo Observatório dos Direitos Humanos do Poder Judiciário e construída com o apoio de todos os tribunais do país em 2020.

O Observatório é responsável por investigar e propor ações para garantir os direitos humanos no sistema judiciário brasileiro. Já a Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências atua em conjunto com o Observatório, visando implementar políticas de prevenção e combate à violência contra as mulheres.



Na sexta-feira, 8, a equipe responsável pelo estudo realizou reunião com a equipe de profissionais do Acre, e ao longo da semana foram feitos contatos com os demais estados. Esses profissionais desempenham um papel-chave na implementação dos grupos reflexivos e de responsabilização, que têm como objetivo promover a mudança de comportamento dos homens autores de violência, incentivando-os a refletir sobre suas ações e buscar alternativas não violentas para resolver conflitos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

“É fundamental que a sociedade, as instituições e o poder público se unam no combate à violência de gênero. Para além da responsabilização adequada por violarem as leis, esse trabalho tem propiciado uma instância reflexiva que permiti uma readequação comportamental em relação à essas violências. A Recomendação nº 124 do Conselho Nacional de Justiça destacou para os tribunais para que apoiem os grupos reflexivos de homens e que encaminhem os autores de violência a esses programas”, disse a juíza de Direito, Andrea Brito, que representa o grupo do Poder Judiciário acreano.

[Recomendação nº 124 do CN](#)

“As sugestões de vocês foram maravilhosas e muito importantes. Vocês estão muito alinhados”, ressaltou Daniel Martins, pesquisador do grupo Margens (UFSC) e parceiro do COCEVID na pesquisa e desenvolvimento de iniciativas com homens autores de violências.

Participaram da reunião, a juíza de Direito, Andrea Brito, a secretaria de Programas Sociais, Regiane Verçosa, a diretora de Informação Institucional, Andréa Zílio, a servidora da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv), Isnailda Silva, e a servidora de atuação no Justiça Restaurativa, Mirlene Taumaturgo.

**Dinâmica**

Nesta semana, está previsto o envio de um vídeo explicativo sobre o funcionamento e os benefícios desses grupos. O vídeo será disponibilizado para a sociedade civil e outras instituições interessadas, com o intuito de disseminar as práticas efetivas identificadas no estudo e encorajar a replicação dessas iniciativas em todo o país.

Os grupos reflexivos e de responsabilização são uma abordagem inovadora no enfrentamento da violência contra as mulheres. Ao invés de focar apenas na punição dos agressores, eles buscam promover a conscientização e a transformação dos comportamentos violentos. Por meio de encontros regulares, os homens autores de violência têm a oportunidade de compartilhar experiências,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

refletir sobre as consequências de seus atos e aprender estratégias para lidar com suas emoções de forma não violenta.

O mapeamento realizado em 2020 permitiu identificar boas práticas e desafios na implementação desses grupos em diferentes regiões do país. Com base nas análises e recomendações do estudo, espera-se fortalecer e expandir essas iniciativas, contribuindo para a redução da violência contra as mulheres e a construção de uma sociedade mais igualitária e segura para todos.

**Andréa Zílio | Comunicação TJAC**

### **JUSTIÇA RESTAURATIVA REALIZA CÍRCULO DE CUIDADO EM EQUIPE COM REPRESENTANTES DA SASDH**

**“Ter a parceria do TJ através da Justiça Restaurativa é um prazer, porque estamos conseguindo dar oportunidade para pessoas que não tem oportunidade”, afirmou Rebeca Miranda, coordenadora da Divisão de Atendimento Socioeducativo da SASDH**

Como forma de difundir os valores de uma justiça mais humanizada, o Programa Justiça Restaurativa do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) realizou, nesta terça-feira, 12, um Círculo de Cuidado em Equipe com servidores da Divisão de Atendimento Socioeducativo (DIASE), da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos (SASDH) da Prefeitura Municipal de Rio Branco (PMRB).

Os servidores do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (NUPJR), Mirlene Taumaturgo e Fredson Pinheiro, fizeram uma apresentação do que é a Justiça Restaurativa e a partir do intenso e sincero diálogo foram mostrando as técnicas e ferramentas para a condução dos trabalhos de modo a multiplicar essa perspectiva. Em alguns momentos, o assunto que discutido emociona e atropela as palavras embargando a voz dos participantes.

A secretaria municipal que procurou o Poder Judiciário a fim de compreender para aplicar os métodos da justiça Restaurativa com os jovens. Assim, os servidores municipais foram informados e a participação foi voluntária. A DIASE trabalha



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

com os socioeducandos em meio aberto, que é a liberdade assistida ou a prestação de serviço à comunidade. A equipe que participou é composta por sete servidores, sendo duas psicólogas, duas assistentes sociais e duas educadoras sociais.



Rebeca Miranda, coordenadora da DIASE, falou sobre a experiência. “Buscamos a Justiça Restaurativa com o intuito de usa-la com os nossos adolescentes, e para conhecer como que ela funciona. Assim, foi sugerido que a equipe participasse disso, bem como para entender melhor em como se encaixava com o nosso público”.

“Trabalhamos com adolescentes e jovens entre 13 e 21 anos, então temos um público complexo. Trabalharemos também com a inclusão dos pais no diálogo com os jovens, então queríamos ter a experiência de passar por isso para saber exatamente o que estamos levando para nossos adolescentes. Saio daqui leve e realizada, em cada dia temos buscado mais parceiros, e ter a parceria do Tribunal de Justiça através da Justiça Restaurativa é um prazer, porque estamos conseguindo dar oportunidade para as pessoas que não tem oportunidade”, disse a coordenadora.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**



A juíza de Direito Titular da Vara de Execuções Penais e Medidas Alternativas da Comarca de Rio Branco, Andréa da Silva Brito esteve presente e conversou com os participantes. A magistrada agradeceu a cada um dos profissionais e destacou que é importante que as pessoas entendam que suas atitudes afetam todas as partes da organização de uma comunidade por meio de relações de causa e efeito.

“É preciso pensar sistemicamente, que todos fazem parte e influenciam um conjunto. É preciso pensar em como fazer a mudança, pois a Justiça Restaurativa é um movimento nacional, e devemos amplia-las no contexto de profissionalização, das instituições parceiras com é o caso da Secretaria de Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. É preciso atualizar o discurso para intensificar a humanização no sistema de justiça e de segurança. Mudar o enunciado para um movimento de paz, aumento da compreensão das políticas públicas como solução direta para este problema”, ressaltou.

**Elisson Magalhães | Comunicação TJAC**

## **JUSTIÇA RESTAURATIVA REALIZA CÍRCULO DE CUIDADO COM SERVIDORES DO ISE**

A sensibilização sobre os fatores sociais e motivacionais que envolvem os conflitos desperta um olhar diferenciado sobre as problemáticas atuais



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

Na manhã desta segunda-feira, 18, o Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio da equipe do programa Justiça Restaurativa, realizou um “Círculo de Cuidado em Equipe” com os servidores do Centro de Semiliberdade Raquel Moraes, unidade vinculada ao Instituto Socioeducativo do Acre (ISE).



A prática foi realizada de acordo com a metodologia do círculo, ou seja, garantindo que todos os participantes tenham voz e ao mesmo tempo todos tenham responsabilidade pela experiência. Os facilitadores foram a assistente social Mirlene Taumaturgo e o pedagogo Fredson Pinheiro, que orientaram a dinâmica, oportunizando a escuta qualificada e reflexão sobre a socioeducação, bem como sobre os estigmas, o atendimento às famílias, alcançando assim os principais desafios profissionais enfrentados diariamente na instituição.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**



A servidora Cibelle Costa se identificou com os preceitos da Justiça Restaurativa, afirmando que ela cabe dentro do diálogo de integração com as famílias dos atendidos. Em seu entendimento, a incorporação de mais técnicas sobre a cultura da paz seria produtivo na execução da programação pedagógica.

Ao falar da sua trajetória pessoal, o diretor de unidade Cleomar Sombra citou uma frase célebre que diz “quem salva uma vida, salva o mundo inteiro”, assim referenciou o que é a missão de trabalhar com adolescente em conflito com a lei. “Eu acredito na ressocialização. Aqui temos que ver o ser humano. Todos sabem que os adolescentes precisam de mais apoio e nossa contribuição edifica a vida deles”, afirmou.

A meta da aplicação do círculo foi alcançada. Entre as proposições, depoimentos e sentimentos, os atores foram sensibilizados. Deste modo, ativando a



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

compreensão sobre os problemas sociais que atravessam as pessoas que estão em vulnerabilidade, como é o caso dos socioeducandos.

Miriane Teles | Comunicação TJAC

**NUJURES REALIZA CERIMÔNIA DE RECEPTIVA DOS RECÉM-FORMADOS FACILITADORES DE CÍRCULO DE CONSTRUÇÃO DE PAZ**

***O curso de Formação de Facilitadores e Círculo de Construção de Paz foi promovido por meio da Escola do Poder Judiciário (ESJUD) em julho***

O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), por meio do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa (NUPJR), com participação da Secretaria de Estado de Educação (SEE) e o Instituto Federal do Acre (Ifac), realizaram nesta segunda-feira, 25, cerimônia para recepcionar os recém-formados facilitadores em Círculo de Construção de Paz.

**Entenda**

O curso de Formação de Facilitadores e Círculo de Construção de Paz foi promovido por meio da Escola do Poder Judiciário (Esjud) e ministrado pela juíza de Direito, Maria Fausta Cahyba Rocha, do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA). A capacitação ocorreu entre 25 a 31 de julho com trabalhadores da Educação do Acre disponibilizados por cinco escolas selecionadas pela Secretaria Estadual de Educação, por critério de maior índice de violência e indisciplina escolar. Foram formados 16 facilitadores, entre educadores da Educação Estadual e do IFAC, além de servidores do Poder Judiciário do Acre.

Como parte do projeto, nesse mês de setembro, iniciou o círculo na prática para reunir todos os facilitadores. Esta atividade está alinhada com a Divisão de Segurança Escolar da Secretaria Estadual de Educação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**



### **Cerimônia**

Durante a cerimônia, a desembargadora Waldirene Cordeiro, coordenadora do programa Justiça Restaurativa, externou que o projeto já é uma realidade. “A Justiça Restaurativa já é uma realidade. Em 2023, a partir da decisão da ministra-presidente do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, foi declarado o ano da Justiça Restaurativa. Vem exatamente ao encontro do que é necessário para nós estabelecermos a cultura da paz, mudarmos o nosso paradigma. O diálogo é sempre o que prevalece mais. Esse é o interesse. Envolve a escola, considerando que, principalmente, algumas questões não resolvidas na escola estavam desencadeando mais violência”, disse.

A magistrada acrescentou que a presidente do TJAC, desembargadora Regina Ferrari, consultou a todos para que formassem um comitê de não-violência na escola. “A desembargadora-presidente convidou que se fizeram presentes todas as organizações, secretaria estaduais e municipais, Ministério Público, Defensoria Pública e tantos outros”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**



A agenda do curso será ofertada em cinco escolas estaduais do município de Rio Branco e em dois campi do Instituto Federal do Acre com facilitadores de Círculo de Construção de Paz. Para a representante do Ifac, Rubya Mara Martins, essa parceria fluiu bem e o objetivo é dar continuidade.

“Hoje nós estamos com alguns formadores já dentro da instituição que são os multiplicadores. Nós também temos como pauta desenvolver os círculos dentro do campus. Hoje, já estamos em quatro campi, que estão sendo atendidos. Estivemos em Sena Madureira, Tarauacá, o Campus Rio Branco e o Campus Baixada do Sol. Isso fluiu tão bem que nós já tivemos também esse trabalho do círculo dentro da própria pró-reitoria de ensino, para que a gente vivesse essa experiência lá dentro também. Nós estamos aqui com algumas pessoas que se formaram e vão fortalecer essa política dentro do Instituto.”



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**



O curso oferecido pelo TJAC às servidoras e servidores da SEE e IFAC busca a solução de conflitos por meio do diálogo e da negociação, com a participação ativa da vítima e do ofensor, bem como de toda a comunidade afetada. A intenção do plano na escola é a contribuição que o Poder Judiciário do Acre apresenta para as secretarias de estado e município, e o objetivo de inserir na sociedade, mais uma metodologia comprometida com a educação cidadã.

Assessoria | Comunicação TJAC

## **OUTUBRO**

### **JUDICIÁRIO DO ACRE CAPACITA FACILITADORES PARA GRUPOS REFLEXIVOS COM AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM CRUZEIRO DO SUL**

**Formação serve para aperfeiçoar o trabalho realizado junto aos grupos reflexivos com autores de violência doméstica, que tem um papel fundamental no enfrentamento a esses crimes**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

Dando continuidade na ampliação do trabalho de combate e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra à mulher, equipe do Poder Judiciário do Acre realizou formação de multiplicadores e facilitadores de grupos reflexivos de autores desses crimes, na Cidade da Justiça, em Cruzeiro do Sul, na última quarta-feira, 18.

A cidade é a terceira a receber essa capacitação, que é uma iniciativa do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) por meio da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv). Mas, no município ainda teve o apoio da prefeitura, com sua Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres (CPPM) e da Central Integrada de Alternativas Penais (Ciap).

O curso contou com o suporte técnico dos facilitadores da Justiça estadual, o pedagogo Fredson Pinheiro e a assistente social Mirlene Taumaturgo. Os servidores orientaram a dinâmica da formação, que foi voltada para duas equipes, uma da Ciap e outra da CPPM.

A juíza de Direito Caroline Bragança, titular da Vara de Proteção à Mulher e Execuções Penais da Comarca de Cruzeiro do Sul, falou sobre o impacto positivo que ações educativas exercem para evitar a reincidência. “Os grupos reflexivos para autores de violência doméstica contra à mulher são fundamentais para o processo de reflexão sobre a violência e os nefastos efeitos dela, tanto naquele que a pratica quanto nas vítimas, de modo a propiciar autorresponsabilidade nos autores e a reconstrução de comportamentos que levem a relações saudáveis, com o rompimento de ciclos de violência e o desenvolvimento de respeito a si e ao outro, buscando-se, além da responsabilização, a prevenção”.

Para coordenadora da Central Integrada, Nayana Neves, a atividade refletirá na melhoria dos atendimentos. “A capacitação dos servidores é de extrema valia para que possamos executar com eficiência e eficácia as nossas funções, e assim



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

atender as particularidades de cada pessoa assistida, tendo em vista que o atendimento humanizado é primordial para a promoção da ressocialização, conscientização e cultura da paz”.

Já a coordenadora de Política Pública para Mulheres da cidade, Maria Sarah, observou que os grupos reflexivos desempenham um papel primordial no combate à violência doméstica, ao tratar os autores desses crimes. “O objetivo principal de trabalhar e promover a prevenção é reduzir a violência doméstica e eventuais conflitos, monitorar e oferecer uma melhor qualidade de vida as famílias”





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

**NOVEMBRO**

**REUNIÕES COM AS ESCOLAS PARA DESENVOLVER PROJETOS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA**

O final do mês de outubro e início de novembro, a equipe do CEJURES realizou várias visitas às escolas que têm em seus quadros facilitadores formados em Círculo de Construção de Paz. O objetivo das visitas foi incentivar que os gestores dessas Unidades de ensino elaborem projetos de resolução de conflitos pautados na prática Circular de Construção de Paz. As escolas visitadas foram Pedro Martinello, Sebastião Pedrosa, Frei Heitor e os campi Rio Branco e Baixada do Ifac.



**NUJURES PARTICIPA DE REUNIÃO COM A PRÓ-REITORA DE ENSINO DO IFAC PARA ALINHAR O ANDAMENTO DAS AÇÕES PARA O ANO DE 2024**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

No dia 20 do mês em andamento, a equipe técnica do NUJURES participou de uma reunião de alinhamento das ações do trabalho que será realizado no ano de 2024 pelo TJAC e o Ifac com o objetivo de instalar um Núcleo de Justiça Restaurativa no Ifac, bem como buscar implantar outros núcleos nos campi localizados no interior do Estado. Ficou acordado que a o Ifac, já no início do ano, providenciará todo o trâmite necessário para aprovação da política da Justiça Restaurativa no Conselho Superior para que seja efetivada de fato a instalação dos Núcleos de Justiça Restaurativa.

**DEZEMBRO**

**POLÍCIA MILITAR E NUJURES SE ARTICULAM PARA IMPLANTAR PRÁTICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA NAS ESCOLAS DA REGIONAL DO ALTO ACRE**

Aconteceu no último dia 01, uma reunião entre o representante do policiamento escolar do 5º Batalhão de Polícia Militar (5º BPM), o 3º SGT Josinei da Silva Alves, e a equipe técnica do NUJURES com o objetivo de apresentar as práticas da Justiça Restaurativa e suas aplicações como ferramenta de resolução de conflitos no ambiente escolar.

O 5º BPM, localizado em Brasiléia, é responsável pelo policiamento ostensivo nos municípios da regional do Alto Acre que abrangem os municípios de Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia e Assis Brasil.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

O representante do policiamento escolar do Alto Acre veio conhecer a Justiça Restaurativa e como ser útil na redução dos índices de violência e indisciplina escolar. Segundo o militar, a violência escolar é uma questão que envolve várias instituições que devem caminhar unidas para minimizar as consequências dessa problemática.



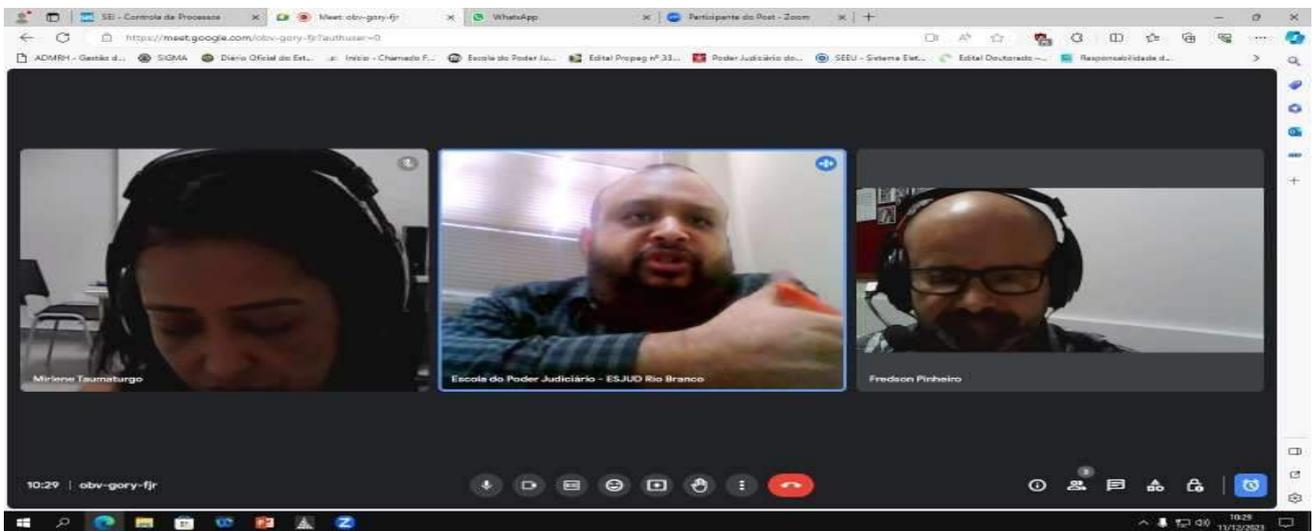
Do encontro realizado ficou definido que no início do ano de 2024 será realizado alguns seminários com o escopo de apresentar a Justiça Restaurativa às instituições que atuam direta e indiretamente com a questão da violência e a indisciplina escolar nos municípios abrangidos pela área de atuação do 5º BPM.

**NUJURES REALIZA REUNIÃO COM A ESJUD PARA TRATAR SOBRE A OFERTA DE CURSOS VOLTADOS PARA JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA O PRÓXIMO ANO**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

A equipe técnica do NUJURES se reuniu com o Gerente de Planejamento e Execução do Ensino da ESJUD, Breno Cavalcante, para tratarem sobre a oferta de cursos para o ano de 2024 que venha atender as necessidades do Núcleo Permanente de Justiça Restaurativa com o objetivo de expandir os trabalhos nos diversos eixos alcançados pela temática da cultura da paz: educação, segurança, socioeducação, execução penal etc.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE**  
**Núcleo de Justiça Restaurativa – JUSRESTAURA**  
**Centro de Justiça Restaurativa - CEJURES**

### **3. CONCLUSÃO**

Por fim, o ano de 2023 foi repleto de muito trabalho com a finalidade de expandir a cultura da paz através da Justiça Restaurativa. Avançamos, principalmente, nos eixos educação e violência doméstica (grupos reflexivos), já que formamos novos facilitadores que atuarão na difusão das práticas restaurativas.

Pretendemos em 2024, avançar ainda mais em diversos outros eixos: execução penal, segurança pública, socioeducação etc. Para tanto, já estamos caminhando nas ações de alinhamento e planejamento de futuros projetos para no ano que se aproxima. Certamente, a Justiça Restaurativa é primordial na construção de uma sociedade mais humana.